



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ 13.880.711/0001-40

LEI Nº 113/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL NA ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA, Estado da Bahia,
FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei institui e estrutura o Quadro de Pessoal de cargos efetivos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Turismo, em conformidade com o sistema de classificação e estruturação de cargos, carreira e vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Santa Rita de Cássia - a Lei nº 31/2010 (que dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Santa Rita de Cássia), com as alterações introduzidas pela Lei nº 071/2013 (que dispõe sobre alteração da Estruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º - O Sistema de Classificação e Estruturação dos Cargos dos Servidores Públicos Municipais baseia-se nos conceitos de cargo, carreira e grupo ocupacional, estabelecido na legislação municipal.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA DOS CARGOS E VENCIMENTOS

Art. 3º - O Quadro de Cargos compreende as categorias funcionais integradas, de provimento efetivo para cujo desempenho é exigido diploma ou certificado de conclusão de curso e habilitação legal.

§ 1º - A cada cargo é exigida a escolaridade específica, comprovada com o diploma oficial e histórico escolar de conclusão de curso e de comprovante do registro profissional expedido pelo órgão competente.

§ 2º - O provimento dos cargos dar-se-á mediante a realização de Concurso Público de provas e de provas e títulos dirigidos, nos termos do disposto no Inciso II do Art. 37 da Constituição Federal.

§ 3º - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da administração municipal poderão



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ 13.880.711/0001-40

LEI Nº 113/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nos períodos de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, uma única vez, mediante a realização de prévio processo seletivo simplificado.

Art. 4º - O Quadro de Pessoal passa a obedecer à estrutura definida nesta Lei, de acordo com os níveis, as referências e os vencimentos, assim especificados:

NÍVEL I

QT.	CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA / VENCIMENTO			
			A	B	C	D
02	Fiscal Ambiental	I	R\$ 1.800,00	R\$ 1.890,00	R\$ 1.984,50	R\$ 2.083,72
01	Engenheiro Agrônomo	I	R\$ 2.500,00	R\$ 2.625,00	R\$ 2.756,25	R\$ 2.894,06
01	Engenheiro Ambiental	I	R\$ 2.500,00	R\$ 2.625,00	R\$ 2.756,25	R\$ 2.894,06

NÍVEL II

QT.	CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA / VENCIMENTO			
			A	B	C	D
02	Fiscal Ambiental	I	R\$ 1.980,00	R\$ 2.079,00	R\$ 2.182,95	R\$ 2.292,09
01	Engenheiro Agrônomo	I	R\$ 2.750,00	R\$ 2.887,50	R\$ 3.031,87	R\$ 3.183,46
01	Engenheiro Ambiental	I	R\$ 2.750,00	R\$ 2.887,50	R\$ 3.031,87	R\$ 3.183,46

NÍVEL III

QT.	CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA / VENCIMENTO			
			A	B	C	D
02	Fiscal Ambiental	I	R\$ 2.171,00	R\$ 2.279,55	R\$ 2.393,52	R\$ 2.513,20
01	Engenheiro Agrônomo	I	R\$ 3.025,00	R\$ 3.176,25	R\$ 3.335,06	R\$ 3.501,81
01	Engenheiro Ambiental	I	R\$ 3.025,00	R\$ 3.176,25	R\$ 3.335,06	R\$ 3.501,81

NÍVEL IV

QT.	CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA / VENCIMENTO			
			A	B	C	D
02	Fiscal Ambiental	IV	R\$ 2.395,80	R\$ 3.565,59	R\$ 3.743,86	R\$ 3.931,06
01	Engenheiro Agrônomo	IV	R\$ 3.327,50	R\$ 3.493,87	R\$ 3.668,56	R\$ 3.851,99
01	Engenheiro Ambiental	IV	R\$ 3.327,50	R\$ 3.493,87	R\$ 3.668,56	R\$ 3.851,99

NÍVEL V

QT.	CARGO	NÍVEL	REFERÊNCIA / VENCIMENTO			
			A	B	C	D
02	Fiscal Ambiental	V	R\$ 2.635,38	R\$ 2.767,15	R\$ 2.905,50	R\$ 3.050,78
01	Engenheiro Agrônomo	V	R\$ 3.660,25	R\$ 3.528,26	R\$ 3.704,67	R\$ 3.889,90
01	Engenheiro Ambiental	V	R\$ 3.660,25	R\$ 3.528,26	R\$ 3.704,67	R\$ 3.889,90

Art. 5º – Poderá ser concedido o adicional do regime de trabalho com gratificação especial - Adicional de Jornada Excedente



LEI Nº 113/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

(AJE), com percentual de até 50% (cinquenta por cento), quando o interesse público o reclamar, e com as finalidades abaixo especificadas:

I - Para remunerar atividades diversas da função normalmente exercida pelo servidor com a sua participação em órgão de deliberação coletiva;

II - Pelo exercício de atribuições inerentes ao cargo, mas que, normalmente, excedam à jornada normal.

Parágrafo Único – As despesas decorrentes Adicional de Jornada Excedente (AJE) poderão ser pagas com os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

CAPÍTULO III DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 6º - A progressão funcional vertical, simbolizada em NÍVEL, é a graduação de um cargo em linha ascendente, em virtude de titulação específica; definidos em nomenclatura, classe, quantitativo, símbolo numérico.

Parágrafo Único - Fica estabelecido o percentual de 5% (cinco por cento) de diferença em relação a cada nível e vencimento.

Art. 7º - A progressão funcional horizontal, simbolizada em REFERÊNCIA, será concedida de cinco em cinco anos aos servidores ativos por critério de merecimento, em conformidade com os resultados das avaliações de desempenho funcional periódicas, e dar-se-á de acordo com a regulamentação específica.

§ 1º - Os resultados das avaliações de desempenho para que se conceda a progressão horizontal serão processados em dezembro, para vigor em janeiro do ano seguinte.

§ 2º - Não será concedida progressão horizontal ao servidor:

- I - Em estágio probatório;
- II - que tenha atingido o último nível da tabela correspondente ao cargo que ocupa;
- III - Que tenha incorporado valor integral de símbolo de cargo de provimento em comissão;
- IV - Inativo;
- V - Investido em mandato eletivo;
- VI - Que não tiver obtido o grau mínimo quando da avaliação de seu desempenho, de acordo com as normas previstas em regulamento específico.

§ 3º - Poderão ser fixados, pelo respectivo decreto de regulamentação, outros critérios para a concessão da progressão horizontal.

§ 4º - Fica estabelecido o percentual de 5% (cinco por cento) de diferença entre as Referências A, B, C e D:



LEI Nº 113/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

CAPÍTULO IV
DAS DESCRIÇÕES E REQUISITOS DOS
CARGOS

Art. 8º – São descrições e requisitos para provimento dos cargos de provimento efetivo, fatores e atribuições:

I – FISCAL AMBIENTAL:

Descrição Sintética: Exercer, orientar e fiscalizar as atividades e obras para prevenção/preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias, inspeções e análises técnicas de locais, atividades, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental, realizar diligências no cumprimento de suas atribuições, inclusive em serviços de plantão, lavrar termo de início de ação fiscal, notificações, intimações, auto de infração, aplicação de multas, emitir documentos necessários à ação fiscal, informar e dar parecer para decisão superior em processos e relatórios da ação fiscal, promover a educação ambiental, bem como executar outras atividades que, por sua natureza, estejam inseridas no âmbito das atribuições do cargo e da área de atuação.

Escolaridade: Curso Superior, com especialização na área de prevenção e preservação ambiental em curso de pós-graduação reconhecido pelo Ministério da Educação.

Carga Horária: 20 horas semanais.

Atribuições:

- a) atuar na prevenção e preservação ambiental; inspecionar estabelecimentos e atividades que potencialmente possam interferir no meio ambiente;
- b) inspecionar estabelecimentos educacionais, notificando instalações e condições ambientais que interfiram no meio escolar; investigar questões de agressão ao meio ambiente;
- c) sugerir medidas para melhorar as condições ambientais; comunicar a quem de direito nos casos de infração que constatar; identificar problemas e apresentar soluções às autoridades competentes;
- d) lavrar autos de infração por descumprimento da legislação ambiental;
- e) participar de atividades educacionais junto à comunidade, relativas ao meio ambiente quando indicado; participar na organização de comunidade e realizar tarefas de controle de meio ambiente;
- f) fiscalizar os defeitos de estabelecimentos ou outras atividades que possam causar impacto ambiental a médio ou longo prazo, não se restringindo aos efeitos imediatos;
- g) colaborar com entidades do meio ambiente; participar do controle da poluição, drenagens, higiene e conforto ambiental;
- h) executar atividades de fiscalização de fontes poluidoras da água, ar e do solo;
- i) participar de atividades de preservação e ampliação de espécies vegetais e de áreas verdes, bem como atividades referentes à conservação qualitativa e quantitativa de espécies animais típicas da região;
- j) elaborar pareceres na respectiva área de atuação, instruir autorizações e licenças previstas na respectiva legislação, lavrar termos e autos administrativos em matéria



LEI Nº 113/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

relacionada ao exercício de suas atribuições; proceder e acompanhar processos administrativos;

k) efetuar verificações e autuações relativas ao cumprimento de convênios com outros órgãos; zelar pela aplicação da legislação ambiental;

l) dirigir veículos da municipalidade para cumprimento de suas atribuições específicas, mediante autorização da autoridade administrativa;

m) executar outras tarefas afins.

II – ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

Descrição Sintética: Atividades de planejamento, direção, organização, controle, coordenação e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, coordenam e executam atividades agrossilvipecuárias e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais; fiscalizam essas atividades, promovem a extensão rural, orientando produtores nos vários aspectos das atividades agrossilvipecuárias e elaboram documentação técnica e científica. Podem prestar assistência e consultoria técnica biologia ambiental e epidemiologia e biodiversidade.

Escolaridade: Curso Superior de Engenharia Agrônoma.

Carga Horária: 20 horas semanais.

Atribuições:

- a) supervisionar e fiscalizar essas atividades agrossilvipecuárias.
- b) promover a extensão rural, orientando produtores nos vários aspectos das atividades agrossilvipecuárias e elaboram documentação técnica e científica.
- c) prestar assistência e consultoria técnica, biologia ambiental e epidemiologia e inventariam biodiversidade.
- d) planejar atividades agrossilvipecuárias e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais.
- e) coordenar atividades agrossilvipecuárias e o uso de recursos naturais renováveis e ambientais.
- f) prestar assistência e consultoria técnicas e extensão rural.
- g) executar atividades agrossilvipecuárias e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais.
- h) fiscalizar atividades agrossilvipecuárias e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais.
- i) acompanhar a execução de serviços e elaborar pareceres em processos e consultas e prestar consultorias e assessorias;
- j) analisar e emitir parecer técnico para a concessão de licença ambiental, no âmbito de sua competência, de empreendimentos e atividades classificadas com de impacto local, com base em análise prévia de documentos, inspeção de campo e laudos técnicos;
- k) elaborar relatórios e dados estatísticos de suas atividades.
- m) executar atribuições correlatas.



LEI Nº 113/2015, DE 11 DE MAIO DE 2015.

III – ENGENHEIRO AMBIENTAL:

Descrição Sintética: Atividades de planejamento, direção, organização, controle, coordenação e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos inerentes a implantação de projetos ambientais, gerenciamento e implementação do sistema de Gestão Ambiental, implementação de ações de controle de emissão de poluentes, administração de resíduos e procedimentos de remediação.

Escolaridade: Curso Superior de Engenharia Ambiental.

Carga Horária: 20 horas semanais.

Atribuições:

- a) analisar e emitir parecer técnico para a concessão de licença ambiental, de empreendimentos e atividades classificadas com de impacto local, com base em análise prévia de documentos, inspeção de campo e laudos técnicos;
- b) avaliar a qualidade ambiental e os impactos das atividades degradantes do meio ambiente, com base em inspeções técnicas, programas de coleta e análise de laudos laboratoriais;
- c) supervisionar e executar atividades relacionadas a pesquisas, estudos e análise, interpretações, planejamento, coordenação, implantação e controle dos trabalhos de Biologia.
- d) organizar coleções biológicas, manejam recursos naturais, desenvolvem atividades de educação ambiental.
- e) realizar diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais, além de realizar análises clínicas, citológicas, citogênicas e patológicas.
- f) acompanhar a execução de serviços e elaborar pareceres em processos e consultas e prestar consultorias e assessorias.
- g) elaborar relatórios e dados estatísticos de suas atividades.
- h) executar atribuições correlatas.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Rita de Cássia-BA, 11 de maio de 2015.


Joaquim Geraldo Mendes
Prefeito Municipal